

## **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E NOVE**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a Presidência do Senhor Doutor Laurentino José Monteiro Castro Dias, Primeiro Secretário – Raul Cunha e Segundo Secretário – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e vinte minutos.-----

-----Seguidamente, foram anunciados os seguintes pedidos de suspensão de mandato, por um período de trinta dias – Maria José Pereira Gonçalves Marques, Isabel Maria Oliveira Gonçalves e Olinda Joaquina Teixeira Alves, eleitas pelo Partido Socialista (PS). Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade. Pediram a substituição Maria Palmira Soares de Castro, eleita pela Coligação Democrática Unitária (CDU), e Orlando Carvalho Leite, eleito pela Coligação “Juntos Por Fafe”. Requereu, ainda, a sua substituição o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fareja pelo Secretário e o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos por Jorge Manuel Ferreira Pinheiro. Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respectivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de setenta e um membros. -----

### **Ponto Um – Antes da Ordem do Dia.**-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi lida uma proposta, subscrita pelo Grupo do PS, na qual era proposta a aprovação de um Voto de Congratulação pela eleição do Presidente da Câmara Municipal de Fafe para o cargo de Presidente do Conselho Intermunicipal do Ave (CIMAVE).-----

-----Como ninguém quis intervir, foi colocada a votação, **sendo aprovada, por maioria, com seis abstenções.** -----

-----De seguida, entrou-se no período de intervenções. -----

-----Iniciou o período de intervenções **Belarmino Costa**, eleito pelo PSD, que deu conhecimento que iria ler uma carta anónima endereçada à Coligação “Juntos Por Fafe”. -----

-----O **Presidente da Mesa** interrompeu Belarmino Costa alertando-o para a responsabilidade que era ler uma carta anónima, questionando-o sobre o teor da mesma, nomeadamente, se era ofensivo. -----

-----**Belarmino Costa** respondeu que a carta não era ofensiva e nesses termos passou a ler a carta, remetida por um grupo de trabalhadores da Câmara Municipal de Fafe, sobre a opção gestionária/alteração remuneratória, dando cópia da mesma à Mesa que passou a fazer parte do expediente da sessão. -----

-----Terminada a leitura da referida carta, Belarmino Costa não teceu qualquer comentário, passando-se de seguida para a intervenção de **Américo Castro**, eleito pela Coligação Democrática Unitária (CDU). Iniciou a sua intervenção confirmando a recepção da carta anónima, solicitando esclarecimentos ao Presidente da Câmara sobre a veracidade ou não do teor da mesma. Afirmou, ainda, que a carta “pecava” por ser anónima, no entanto que entendia o motivo pelo qual os trabalhadores não se identificavam. -----

Solicitou, também, esclarecimentos sobre a classificação do edifício que a Câmara vendeu, o “ex-Museu da Imprensa”, nomeadamente, se era classificado e se as obras que estavam a ser executadas não o iria descaracterizar. -----

Questionou também o Vereador do Pelouro da Educação sobre se o transporte escolar que estava a ser efectuado pelas Juntas de Freguesia cumpria o previsto na Carta Educativa, mais concretamente, se as carrinhas estavam devidamente adaptadas. -----

Terminou a sua intervenção sugerindo a colocação de um sinal de aproximação de Escola na Rua da Guiné, atendendo à curva fechada existente perto da escola sem a sinalização referida. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela lista Independentes Por Fafe (IPF), que confirmou, também, a recepção da carta anónima e solicitou esclarecimentos sobre o motivo pelo qual os retroactivos não tinham sido pagos atempadamente; porque não se tinham corrigido os erros, porque não se pagava a totalidade da verba, e qual o sentido/fundamentação do critério utilizado. -----

-----Posteriormente, interveio **Rita Grandinho**, eleita pela lista Independentes Por Fafe (IPF), para, relativamente à construção de habitação social nas freguesias, solicitar esclarecimentos sobre uma questão levantada na Assembleia de Freguesia de Freitas e sobre a qual não tinha ficado devidamente esclarecida, concretamente, se as casa a destinar nessa

freguesia e em outras, se destinavam exclusivamente aos moradores identificados na respectiva freguesia, ou caso não se verificasse o número suficiente de agregados familiares que preenchessem os requisitos que eram necessários para ocupar essas residências, se haveria a possibilidade das casas serem atribuídas a pessoas vindas de fora, nomeadamente, do Bairro Residencial da Cumieira. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Adélio Costa**, eleito pelo Grupo do PSD, que, citando o Estatuto dos Eleitos Locais, mais concretamente, sobre o exercício de outras actividades pelo Presidente da Câmara ou Vereadores em regime de permanência e a respectiva obrigatoriedade da sua comunicação ao Tribunal Constitucional e Assembleia Municipal, na sua primeira reunião, solicitou ao Presidente da Câmara que esclarecesse a actual situação do Vereador Dr. Pompeu Martins. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Manuela Vale Jordão**, eleita pelo PS, para realçar o empenho da autarquia no desenvolvimento do Plano de Igualdade de Oportunidades no Município, afirmando que era um trabalho de proximidade que contribuía para uma maior participação de valores no combate à exclusão social. Destacou os programas desenvolvidos pela Autarquia, devidamente publicitados, cujo trabalho era visto como uma mais-valia no combate à discriminação social. -----

Felicitou os seus promotores e desejou, em seu nome e em nome do grupo que representava, que os resultados destas iniciativas tivessem reflexos rápidos e duradouros. -----

-----De seguida, interveio **Filipe Antunes**, eleito pelo IPF, que, reportando-se ao assunto abordado na última sessão sobre o elevador do Jardim do Calvário, teceu alguns comentários à estratégia utilizada pelo Presidente da Câmara nas sessões da Assembleia Municipal para não responder às questões que não eram do seu agrado. -----

Reforçou as críticas efectuadas na sessão anterior sobre o elevador e terminou questionando o Presidente da Câmara se não tinha havido má gestão do dinheiro público na instalação do elevador e, caso discordasse, como justificava o aparente despesismo. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **José Manuel Cardoso**, do Grupo CDS-PP, para referir que o CDS-PP não tinha conhecimento da carta anónima.

Alertou, ainda, para o facto dos projectores existentes no Largo Ferreira de Melo continuarem sem funcionar. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Luís Duarte Leite**, eleito pela lista IPF, para solicitar esclarecimentos ao Presidente da Câmara sobre a existência ou não, na Câmara, de um cadastro de todas as associações recreativas e desportivas; se dinamizava um plano de formação para os dirigentes associativos; se existia alguma lista ou critério que determinava o montante de ajudas distribuídas; se estavam determinadas as obrigações de dinamização social e cultural entre as associações apoiadas; se existia algum estudo que caracterizasse a dimensão do associativismo no concelho de Fafe e por fim, quais os fundamentos que determinavam e suportavam os investimentos no futuro. -----

-----D seguida, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos: -----

- Começou por explicar que o teor da carta anónima não correspondia à verdade, explicando que a opção gestionária implementada pela Câmara resultava da avaliação efectuada no âmbito da Avaliação de Desempenho da Administração Pública. Informou, ainda que nenhum chefe de divisão ou departamento estava abrangido pela opção gestionária. -----

- Quanto ao edifício do ex-Museu da Imprensa informou que o edifício era classificado de valor concelhio e que o projecto aprovado respeitava a classificação; -----

- Relativamente aos transportes escolares, referiu que todos os transportes que eram da responsabilidade da Câmara, ainda que efectuados pelas Juntas de Freguesia, estavam em conformidade com a lei, com as respectivas adaptações das viaturas. -----

- Sobre a sugestão de Américo Castro para a colocação do sinal de aproximação de escola, afirmou que iriam verificar; -----

- No que concernia à questão colocada sobre a habitação social, informou que para a Freguesia de Freitas não iria ninguém da Cumieira, uma vez que as habitações que iriam ser construídas resultavam de um levantamento efectuado e aprovado pelo Instituto Nacional de Habitação e destinavam-se a habitações para receptores próprios que constavam do referido levantamento.--

- Informou, também, que o Senhor Vereador Pompeu Martins não tinha tempo nenhum na Câmara, logo não tinha que fazer qualquer comunicação.-----

- Sobre o elevador, mencionou que não achava que tenha havido má gestão do dinheiro público ou despesismo. -----

- Quanto aos projectores, afirmou que tinham sido dadas ordens para a sua substituição e que os serviços estavam a aguardar a chegada do material para a sua colocação; -----

- Relativamente às questões colocadas por Luís Duarte Leite, confirmou que a Câmara tinha um cadastro actualizado das Associações existentes no concelho e informou que não tinham efectuado formação para os seus dirigentes. Informou, ainda, que os subsídios e a sua distribuição eram efectuados de acordo com o regulamento existente e aprovado pela Assembleia Municipal. ---

Afirmou que lhe parecia não haver necessidade/justificação de um estudo relativo à dimensão do movimento associativo em Fafe, informando que existia uma publicação editada pelo Município com esse levantamento sistematizado, afirmando ainda que, atendendo à dimensão do concelho e à organização que os Serviços tinham, não justificava isso. -----

-----Terminados os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela lista IPF, para, relativamente à opção gestionária, perguntar se os cem mil euros iam pagar na íntegra a verba que os funcionários tinham para receber. Solicitou ainda esclarecimentos sobre um possível atraso. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder, afirmando que iriam pagar na íntegra aos funcionários que atingiram aquele nível de classificação. Explicou sobre a existência de um possível atraso, mas que iria ser pago na totalidade. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se para o **Ponto Dois – Ordem do Dia:** -----

- **Ponto Dois Ponto Um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal.** Como ninguém quis intervir, foi o presente ponto dado como apreciado. -----

Passou-se ao **ponto dois ponto dois – Proposta da Câmara relativa à fixação de 3% da participação variável do Município no IRS a liquidar no**

**ano de 2011, sobre os rendimentos dos Municípios no ano de 2010.** – Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que apresentou a proposta. -----

-----De seguida, tomou a palavra **José Manuel Baptista**, do Grupo do PSD, que afirmou concordar com o princípio subjacente à proposta e votariam favoravelmente, mas discordava do direccionamento da mesma, uma vez que, envolvia a classe média, média/alta, deixando de fora uma grande percentagem da população que não tinha rendimentos, que não preenchiam o modelo três do IRS, assim como uma “franja” da economia local – as empresas. -----

Mencionou que seria mais vantajoso distribuí-lo por outras “franjas” quer da população quer da economia, lembrando o plano municipal de combate à crise apresentado pelo PSD na sessão de Abril de dois mil e nove, onde propunham um conjunto de medidas direccionadas para as franjas da população mais necessitadas. -----

Terminou afirmando que, de qualquer forma, o princípio subjacente lhes parecia bem. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela lista IPF, que começou por afirmar que a sua intervenção, quase na sua totalidade era condicente com a de José Manuel Baptista. Mencionou que também concordavam com o princípio e votariam a favor, no entanto gostariam que esta medida fosse aplicada noutro imposto onde se reflectisse de uma forma mais democrática. -----

-----Posteriormente, interveio **Ricardo Fernandes**, eleito pelo PS, para tecer alguns comentários relativos à proposta em discussão, referindo-se à mesma como uma proposta séria e exequível que permitia reduzir o esforço fiscal dos fafenses. Afirmou ainda que o sentido de voto do PS era favorável.---

-----Seguidamente, usou da palavra **José Manuel Cardoso**, do grupo do CDS-PP, salientando que esta proposta não beneficiava as classes mais desprotegidas, uma vez que estas não pagavam IRS. -----

Afirmou que era uma boa medida da Câmara e apoiava convictamente, fazendo votos que na votação de outras taxas e impostos houvesse a mesma benevolência e generosidade. -----

-----Como ninguém mais quis intervir, **foi colocado à votação, sendo aprovado, por unanimidade.** -----

Passou-se ao ponto dois ponto três – **Proposta do Grupo Parlamentar do PSD relativa à adesão do Município de Fafe à iniciativa da Comissão Europeia “Pacto de Autarcas”**. Tomou a palavra o proponente, **José Manuel Baptista**, do grupo do PSD, para fazer a apresentação da proposta. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **José Manuel Cardoso**, do grupo do CDS-PP, para dizer que o grupo de CDS se congratulava duplamente com a proposta, não só pela sua importância, mas também porque o proponente era um professor universitário que leccionava nessa área que dava confiança plena que, se a adesão fosse feita pela Câmara, seria uma honra para Fafe.-----

-----De seguida, interveio **Raul Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, para dizer que a iniciativa da Comissão Europeia era uma lista de boas práticas no combate à emissão de gases com efeito estufa que se podia e devia fazer em qualquer local do país. Salientou que no plano de actividades do Município de Fafe estava previsto um projecto denominado de “Carbono Social” que tinha como objectivo implementar medidas de combate à emissão de gases com efeito estufa e nesse sentido o PS iria votar favoravelmente a presente proposta. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **Luís Duarte Leite**, eleito pela lista IPF, para mencionar que estavam de acordo com a urgência das questões ambientais e que estavam convictos que a acção “Pacto de Autarcas” era uma medida importante, sobretudo pela aproximação das políticas europeias à política autárquica, que era a que estava mais próxima dos cidadãos. -----

Comentou a adesão à proposta pelas várias cidades, salientando a sua importância e o caminho a percorrer para o seu sucesso. -----

Terminou a sua intervenção dizendo que a Autarquia deveria tomar consciência das suas capacidades e responsabilidades porque com este pacto teriam que encontrar resposta a muitas questões. Afirmou, ainda que estando o concelho de Fafe com boa visibilidade eólica, ficavam muito satisfeitos de ver este projecto bem implementado. -----

-----Não havendo mais intervenções, tomou a palavra o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** para perguntar ao proponente se a proposta deveria ser entendida como uma recomendação à Câmara para adesão ao “Pacto de Autarcas”, o que foi confirmado. -----

-----Como mais ninguém quis intervir, foi **colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.** -----

Posteriormente, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Proposta da Câmara relativa às Grandes opções do Plano e Orçamento para o ano de 2010.** Tomou a palavra o Presidente da Assembleia para perguntar ao plenário se pretendia fazer a discussão do presente ponto conjuntamente com o ponto dois ponto seis e o ponto dois ponto sete. Como não houve unanimidade na concordância, procedeu-se à discussão individual dos pontos, dando-se início à discussão do Plano e Orçamento, na generalidade e na especialidade. Foi ainda explicada a forma de votação do presente ponto, esclarecendo que iria ser efectuada, primeiro na generalidade, depois na especialidade e por fim haveria a votação final. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que procedeu à explicação das acções previstas e descritas no preâmbulo do Plano e Orçamento para dois mil e dez. -----

-----De seguida, usou da palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela lista IPF, fazendo uma análise do plano e orçamento proposto pela Câmara. Afirmou que o orçamento apresentado era um orçamento de contenção, atendendo às actuais condições do Município que a tal obrigavam. Salientou que neste orçamento de contenção as maiores prejudicadas eram as Juntas de Freguesia com um decréscimo nas transferências relativamente às obras a protocolar. Afirmou que o presente orçamento reflectia a necessidade de pensar no futuro, mais concretamente, de avaliar os custos associados aos investimentos pensados nas parcerias público-privadas, tecendo alguns comentários sobre as mesmas. -----

Propôs, para aceitação, um conjunto de obras que os IPF julgavam indispensáveis, em várias áreas como a saúde, saneamento, urbanismo, cultura e desporto, turismo, desenvolvimento económico, finanças públicas, serviços municipais, ambiente, acção social e ainda a agricultura e comércio.---

Afirmou que gostariam de ver reiterada a aceitação que tais propostas tiveram por parte do Executivo. -----

Fez uma análise ao orçamento da receita salientando a existência de uma quebra nas receitas provenientes dos impostos directos, assim como dos impostos indirectos. -----



Terminou fazendo uma análise do orçamento da despesa, focando o valor previsto para gastar em publicidade, o acréscimo do valor para a rubrica “*outros trabalhos especializados*”, assim como em “*Diversos*” a “*outros serviços*” que também tinha um acréscimo de cinquenta por cento. -----

Salientou o pequeno investimento no sistema de drenagem de saneamento, o reforço do investimento nos sistemas de abastecimento de água. Questionou ainda a diferença do valor previsto em orçamento e do valor da obra do Palacete. Afirmou que o mesmo acontecia com os projectos do Parque da Cidade. -----

-----Posteriormente, tomou a palavra **Jorge Adélio Costa**, do grupo do PSD, para mencionar que da análise efectuada ao orçamento se tinham deparado com um conjunto de indicadores contraditórios e que por si só colocavam em causa a aprovação do mesmo nesta Assembleia Municipal. -----

Fez uma análise aos valores apresentados. Afirmou que esperava que, deste orçamento as obras saíssem do orçamento para a realidade ao invés do que aconteceu em anos anteriores. -----

Referindo-se à apresentação do orçamento pelo Presidente da Câmara, afirmou que se poderia constatar que estavam perante um orçamento realizado à pressa e sobretudo com o pré-aviso imediato que este não seria um orçamento para dois mil e dez, mas um orçamento de um momento, de ficção. Afirmou que, posto isto, se podia concluir que o Presidente da Câmara e os seus serviços tinham construído à pressa, de forma não planeada e com dados irreais, os números para apresentar à Assembleia Municipal, porque a lei assim o exigia, para que, posteriormente, com calma, os pudessem adaptar à sua imagem. -----

Mencionou que era entendimento do PSD que o orçamento apresentado não servia Fafe, que não tornava a cidade mais competitiva e não permitia a Fafe estar ao nível de atracção das cidades vizinhas. -----

Afirmou que o orçamento não visava as dificuldades que as famílias fafenses atravessavam, num momento onde a taxa de desemprego apresentava os maiores índices do concelho. -----

Finalizou, afirmando que a fragilidade na construção do orçamento e a falta de visão para a cidade que era espelhada no mesmo conduziam o PSD a votar contra. -----

-----De seguida, interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe** que solicitou esclarecimentos a uma dúvida que tinha relativamente à requalificação urbana de Fafe, enumerando algumas artérias, concretamente, sobre a Rua da Ponte do Ranha, que constavam no último plano e orçamento e não apareciam no actual, apesar de a rua identificada ser a rua mais degradada de Fafe sem passeios e bermas altas. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Raul Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, para mencionar que o Orçamento para 2010, no contexto de crise económica e incerteza quanto ao futuro, reflectia o rigor e o equilíbrio das contas municipais. Afirmou que era um orçamento que permitia ao Município concretizar os projectos em curso que decorriam do mandato anterior, mantendo simultaneamente a saúde financeira que permitia ao Município de Fafe ser um bom pagador. Mencionou que era um orçamento que permitia ultrapassar, com segurança o período de crise económica que o país atravessava. -----

Fez uma análise ao plano plurianual salientando alguns projectos/medidas da Autarquia que proporcionavam um bom desenvolvimento ao concelho, como a construção de novos centros educativos, a construção de habitação social, focando ainda os programas sociais existentes como o programa “Ser Solidário” e o programa de recuperação de habitação degradada, realçando que os mais desprotegidos, os mais carenciados não estavam esquecidos. -----

Afirmou que o PS saudava o Executivo pela opção política efectuada e que registava com agrado a votação favorável da oposição na reunião do Executivo, comentando a posição tomada pela oposição na Assembleia Municipal. -----

Terminou, afirmando que o PS votaria favoravelmente porque o orçamento servia os interesses do município, contribuía para o crescimento económico do concelho de Fafe e era solidário com os fafenses mais carenciados e que mais precisavam de apoio. -----

----- De seguida, tomou a palavra **Belarmino Costa**, pelo Grupo do PSD, para afirmar que dadas as posições diversas tomadas na Assembleia Municipal relativamente ao orçamento afinal não era tão simples como o Presidente da Câmara tinha mencionado na sua apresentação. -----

Incidu a sua intervenção sobre as opções tidas em conta para a execução do orçamento, salientando que já tinha visto, elencadas noutra contexto, as

grandes opções, as grandes linhas do orçamento e não conseguia encontrar nenhuma novidade daquilo que se podia chamar de opção estratégica. -----

Mencionou que, ao contrário do que o PS defendia, o presente plano e orçamento não dava resposta a tudo, que não previa favorecimento para as indústrias ou implantação de novas indústrias. -----

Sobre o saneamento básico, comentou o facto de até à actualidade Fafe ter uma taxa de saneamento básico muito baixa e que de repente acordava para uma medida e, em parceria, se propunha, em quatro anos, efectuar redes de saneamento que só poderiam ser efectuadas em vinte anos. Salientou que não se conheciam os custos deste investimento, questionando mesmo se essa parceria não sairia bastante cara ao concelho. -----

Quanto à parceria público-privada, afirmou que essas parcerias não pareciam o mais adequado, que hipotecavam o futuro. -----

Solicitou esclarecimentos sobre a rubrica “juros”. -----

Referiu que apesar das divergências e da cultura de respeito que devia haver pelos outros, também deviam ter respeito pelo seu próprio pensamento e ter respeito por quem os tinha elegido para pensarem sobre o concelho, naquilo que deveriam ou não ser as propostas mais afirmativas. -----

Disse que o orçamento estava aquém daquilo que gostaria de ter na mão, mas também sabiam que o mesmo decorria de opções erradas tomadas no passado, encontrando-se presentemente a pagar a factura dos maus investimentos efectuados. -----

Disse que neste orçamento não se encontravam opções de fundo para combater a situação que atravessávamos, a crise, o desemprego, as empresas e o desenvolvimento. Afirmou que não se encontrava, tal como em orçamentos anteriores, um objectivo sério para o desenvolvimento do concelho. -----

Mencionou, ainda, que o orçamento não passava de uma gestão corrente, que não havia nada nele que os levasse a votar favoravelmente. -----

Reportando-se ao plano estratégico elaborado para Fafe, afirmou que já não se conseguiam encontrar as “linhas” de orientação para Fafe, e que Fafe não tinha beneficiado minimamente com esse estudo. -----

Concluiu afirmando que eram as freguesias que pagavam porque tinham deixado de ter actividades desenvolvidas pela autarquia. -----

Reportando-se às palavras do PS sobre a orientação de voto do PSD, realçou a distinção dos órgãos Câmara e Assembleia e afirmou que tinham sido eleitos para representar a Assembleia. -----

----- Seguidamente usou da palavra o **Presidente da Junta de Moreira do Rei**, que começou por tecer comentários às diferentes posições tomadas pelos representantes da oposição na Câmara e na Assembleia sobre o plano e orçamento. -----

Seguidamente, lembrou que as transferências da Autarquia para as Juntas de Freguesia não eram obrigatórias, assim como a celebração de protocolos de delegação de competências, no entanto, a Câmara de Fafe, todos os mandatos e todos os anos transferia para as juntas de Freguesia significativa verba da receita de capital e protocolava com todas as Juntas de Freguesia para a execução de obras, o que resultou numa melhoria das freguesias, nomeadamente das vias de acesso e espaço públicos. -----

Terminou, realçando o grande investimento que a Câmara fazia nas freguesias através das Juntas e que muitas vezes não era reconhecido e focado na comunicação social. -----

----- Posteriormente interveio **José Manuel Cardoso**, pelo Grupo do CDS-PP, que, reportando-se às prioridades que o Presidente da Câmara tinha enunciado para o Município, para o presente mandato, afirmou que em teoria estava de acordo, salientando no entanto que planear não era o mesmo que executar em tempo útil. -----

Referindo-se à área da Educação, concordou que o executivo fez muito. Alertou no entanto para o estado decrépito da escola secundária e que assim iria continuar uma vez que não via indícios seguros de que a nova escola arrancasse no tempo previsto, esperando que a sua conclusão não se protelasse para além do actual mandato. -----

Quanto ao saneamento básico e à previsão da cobertura a concretizar no actual mandato, afirmou que isso seria um grande milagre. -----

Aplaudiu a habitação para jovens, afirmando que era uma medida inovadora para o município, mas fazia votos para que não se transformasse num gueto, como o Bairro da Cumieira. -----

Mostrou-se céptico relativamente a requalificação urbana, atendendo aos atropelos à disciplina urbanística verificada no centro da cidade, assim como à degradação dos prédios emblemáticos. -----

Alertou para a criação de condições para as pessoas com mobilidade reduzida e que se justificava também pelo facto de Fafe ter sido contemplado com a Medalha de Ouro da Mobilidade. -----

Comentou o recurso da autarquia às parcerias público-privadas para a execução de grandes obras no sentido de que estas não continuassem eternamente adiadas. -----

Afirmou que o maior ponto de discórdia respeitava ao tema do desenvolvimento económico e o turismo. Afirmou que, no entender do CDS, não era com a criação de parques industriais que se gerava investimento e emprego, a não ser que a Câmara Municipal oferecesse e divulgasse atempadamente contrapartidas aliciantes aos investidores. -----

Ainda no âmbito do desenvolvimento económico e reportando-se às palavras do Presidente da Câmara sobre a criação de novas zonas industriais, solicitou esclarecimentos sobre como iriam atrair novos investimentos e ajudar os empresários locais; que contrapartidas iriam ser oferecidas, uma vez que no presente orçamento não estavam previstas ajudas concretas. Mencionou ainda que se pretendiam atrair novos investimentos tinham que criar condições e incentivos a exemplo de concelhos vizinhos. -----

Relativamente ao turismo, afirmou que se deveria dar prioridade ao turismo rural e agro-turismo, sistematicamente abandonado, mas sem perder de vista outros empreendimentos turísticos, enumerando alguns. Afirmou ainda que se não se fizesse algo, Fafe continuaria a ser o “parente pobre” da Região Minhota nessa área. -----

Mencionou que, sobre o projecto do novo hospital de proximidade, iria pronunciar-se na sessão seguinte, salientando, no entanto que as competências que lhe estavam adstritas não convenciam o CDS-PP, designadamente no que tocava ao serviço de urgências e internamento. -----

Deu uma palavra de apreço ao Vereador da Coligação “Juntos Por Fafe”, que, na Câmara, se assumia como representante da coligação, englobando o CDS/PP, afirmando que o mesmo iria compreender a votação do CDS na Assembleia. -----

Terminou afirmando que, atendendo ao muito de positivo que a Câmara tinha efectuado e ao menos bom do plano e orçamento iriam votar na abstenção. ----

-----De seguida, interveio **José Augusto Rodrigues**, pelo Grupo do PSD, que, reportando-se à intervenção de Raul Rebelo Cunha sobre as diferentes posições do PSD tomadas pelos seus representantes na Câmara e Assembleia, relativamente ao plano e orçamento, afirmou que o membro do PS se deveria abster de comentar o que se passava na “casa dos outros”, porque o que se passava no PSD era assunto do PSD. Reforçou ainda que a Câmara e Assembleia Municipal eram órgãos distintos e que no PSD não havia disciplina de voto no que concernia aos representantes dos diferentes órgãos.--

-----Seguidamente, usou da palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela lista IPF, que teceu comentários às afirmações de Raul Rebelo Cunha sobre a votação do orçamento. Afirmou que não havia incongruências e que o membro do PS estava a tentar fazer e criar uma situação que não existia. -----

-----Posteriormente, tomou a palavra **Raul Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, repetindo o que tinha dito sobre as diferentes posições da oposição e à congratulação do PS pela votação obtida na Câmara. -----

-----De seguida, usou de **Francisco Lemos**, eleito pelo PS, cuja intervenção foi direccionada para as parcerias público-privadas, afirmando ter sido interessante a discussão das parcerias no orçamento, no contexto económico nacional, afirmando que havia Câmaras que não tinham essa opção de escolha porque não tinham margem para discutir opções de investimento afirmando que isso era um reflexo de boa gestão que tinha sido feita.-----

-----Tomou novamente a palavra **José Augusto Rodrigues**, do Grupo do PSD, para afirmar que a Câmara apenas tinha aprovado a proposta do Plano e Orçamento e que quem aprovava o Plano e Orçamento era a Assembleia Municipal, insistindo que eram órgãos diferentes e não deveriam ser confundidos. -----

-----Por fim, tomou a palavra o Presidente da Câmara para afirmar que já tinha tido a oportunidade de se congratular com a votação do plano e Orçamento na Câmara, salientando o sentido de responsabilidade e compreensão para a apresentação do Plano e Orçamento por parte da oposição do Executivo, afirmando que os eleitores iriam valorizar essa atitude.

Quanto à facilidade na interpretação do plano e orçamento a que se referia, afirmou que isso se devia ao facto de não haver acções novas, porque a Câmara, em dois mil e dez, iria cumprir os compromissos assumidos que transitavam de dois mil e nove. -----

Informou que as transferências para as Juntas de Freguesia não tinham diminuído, explicando que se mantinham as transferências de capital e tinham aumentado as transferências correntes. -----

Afirmou que neste plano e orçamento não estavam a discutir as parcerias uma vez que esse assunto iria ser alvo de discussão própria, aquando da sua constituição, assim como as tarifas e taxas. -----

Reportando-se ao prazo de pagamento por parte da Câmara às empresas, informou que o Município de Fafe não aparecia no ranking dos pagadores a mais de noventa dias há muito tempo, salientando que a Câmara estava a pagar, há muito tempo, abaixo dos noventa dias. -----

Explicou, ainda a filosofia da Câmara sobre os parques de estacionamento, informando que a pretensão da Câmara era retirar os automóveis da rua e não rentabilizar os parques, daí que as tarifas dos parques correspondessem a apenas um terço daquilo que se pagava nas ruas. -----

Comentou a proposta de Miguel Summavielle, afirmando que estavam de acordo pedindo que desse por escrito a fundamentação da mesma porque até abria uma possibilidade para a redução da despesa, dando azo para implementar algumas medidas. -----

Sobre a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, esclareceu que apenas tinham alterado a designação das obras em relação ao orçamento do ano anterior, explicando que estava prevista uma intervenção em toda a área de Vila Nova onde também estava incluída a Ponte do Ranha. -----

Sobre o plano estratégico, afirmou que o mesmo estava a ser executado e cumprido. -----

Saudou a intervenção do Presidente da Junta de Moreira do Rei, afirmando que a relação que a Autarquia tinha com as Juntas de Freguesia não exista em muitos municípios. -----

Quanto ao turismo, mencionou que gostaria de ver replicados muitos pontos como a “aldeia do Pontido” em Queimadela, afirmando que tinham feito o que

lhes competia. Admitiu que andavam devagar, afirmando contudo que ao nível de equipamento, a competência era dos privados. -----

Terminou afirmando que não fazia graça ou humor com os empresários ou com o seu lucro. -----

Disse ainda que o presente plano e orçamento não foi um documento feito à pressa e que não percebia onde estava a ficção. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para explicar, novamente, a forma de votação do presente ponto, passando-se, de seguida à votação, obtendo-se o seguinte resultado: -----

Votação na Generalidade: - Aprovado, por maioria, com seis votos contra e quatro abstenções. -----

Votação na Especialidade: **Ponto 1** – Aprovado, por unanimidade; -----

**Ponto 2** – Aprovado, por maioria, com seis abstenções; -----

**Ponto 3** – Aprovado, por maioria, com seis abstenções. -----

Votação na Globalidade – Aprovado, por maioria, com seis votos contra e quatro abstenções. -----

Seguidamente, passou-se ao **Ponto dois ponto cinco – Proposta da Câmara relativa ao Mapa de Pessoal**. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar o presente ponto, explicando que a contratação de funcionários prevista se destinava, basicamente, a prover os agrupamentos de mais pessoal. -----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela lista IPF, para demonstrar a sua preocupação relativamente à transferência de competências na área da educação para as Autarquias salientando que tinha sido um mau negócio, como tiveram a oportunidade de explicar em tempo próprio não só, na parte dos equipamentos, mas também relativamente ao pessoal, uma vez que a contratação de mais pessoal acarretava um acréscimo de custos.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por esclarecer que, no ano em curso, o protocolo de transferência de competências tinha sido positivo para o Município, de todos os pontos de vista. -----

Esclareceu, ainda que a transferência de verbas para o Município contemplava essas densidades e que todos os funcionários que seriam contratados respeitavam as densidades do protocolo. -----



Não havendo mais intervenções, **foi colocado a votação, sendo aprovada, por maioria, com dezasseis abstenções.** -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para alertar o substituto da Junta de Freguesia de Fornelos que não podia fazer uma vez que o Presidente da Junta de Freguesia só podia ser substituído pelos vogais da Junta de Freguesia e não pelo Presidente da Assembleia de Freguesia. -----

Afirmou, no entanto que, atendendo às votações expressivas o voto do Presidente da Assembleia de Freguesia de Fornelos não ia alterar a votação, alertando para que, no futuro, situações idênticas não acontecessem.-----

Passou-se para o **ponto dois ponto seis – Proposta da Câmara relativa à fixação em 1,5% da taxa da Derrama para o ano de 2010.** Pelo Presidente da Mesa foi comunicado que, neste ponto, assim como o próximo, também estava em discussão a proposta apresentada pelo Grupo do PSD, distribuída juntamente com a convocatória, que propunha a diminuição do IMI em vinte e cinco por cento e que a Derrama, para os próximos dois anos, passasse para zero. -----

-----Tomou a palavra **José Augusto Rodrigues**, pelo Grupo do PSD, que explicou a proposta apresentada pelo Grupo do PSD, salientando que essa medida ia agravar a situação económica-financeira das empresas, dando conta do aumento do número de insolvências nos últimos anos e da elevada taxa de desemprego. -----

Afirmou que o PSD defendia a taxa da derrama em zero porque queriam o melhor para os fafenses, sendo dessa forma que se acarinhavam as empresas instaladas e se atraía a instalação de novas empresas, proporcionando mais investimento criando mais riqueza e postos de trabalho. -----

-----De seguida, usou da palavra **José Manuel Cardoso**, do Grupo do CDS-PP, para defender que o tributo da derrama, no seu entender era pouco significativo para os cofres do Município. Assim sendo, e considerando a grave crise das pequenas, micro e médias empresas, poder-se-ia atenuar as dificuldades financeiras como bónus autárquico. -----

Mencionou que em várias autarquias a taxa da derrama era zero.-----

Questionou sobre o valor certo da derrama, afirmando que se a verba fosse insignificante a taxa zero seria a mais justa. -----

-----De seguida interveio **Filipe Antunes**, eleito pela lista IPF, para afirmar que achava que a taxa da derrama deveria ser reduzida significativamente para valores que pudessem transmitir uma mensagem de apoio e incentivo ao investimento, a exemplo do que tinha feito a Câmara de Vizela.-----

Mencionou que, conforme constava no programa eleitoral da IPF, estava na altura de dar um sinal de confiança às empresas, incentivar o investimento e cativar o investimento externo, o qual nessa matéria deveria traduzir-se na redução da derrama para a taxa mínima ou mesmo isentando as empresas cujo volume de negócio com os fornecedores locais ultrapassem cinquenta por cento das suas compras.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Ricardo Fernandes**, eleito pelo PS, para afirmar que o executivo se devia orgulhar de ter uma estratégia global para a fiscalidade do concelho, ao contrário do que dizia o PSD. -----

Afirmou que essa visão assentava em critérios como a equidade e proporcionalidade de modo a não negligenciar o equilíbrio das finanças públicas do Município de Fafe. -----

Mencionou, ainda, que o PS privilegiou a tributação do património e do lucro, em detrimento do trabalho, sendo mais justo a redução do IRS em vez dos restantes impostos. -----

Salientou que todos gostariam de reduzir as tributações sobre os fafenses, porém reduzir as tributações no actual período, implicava uma redução de receitas, o que significava que a Câmara não iria poder intervir ao nível do que tinha feito, nomeadamente na área social. -----

Afirmou que a redução de taxas proposta pelo PSD enveredava por um indisfarçável populismo e irresponsabilidade política. -----

Mencionou que o PS iria votar a favor da manutenção das taxas do IMI e Derrama e contra a redução proposta pelo PSD. -----

Terminou a sua intervenção fazendo uma observação à coligação “Juntos Por Fafe”, relativa à forma como se tinham apresentado nas eleições com um programa único e à inexistência de unanimidade nas votações. -----

-----Como mais ninguém quis intervir, tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para explicar que, atendendo à existência de duas propostas para votação, iriam intitular a proposta da Câmara como proposta A e a proposta apresentada pelo PSD como proposta B. -----

Procedeu-se à votação, **sendo aprovada a proposta A, por maioria, com dezasseis votos contra.** -----

*Foram apresentadas declarações de voto subscritas pelos membros eleitos pelo PSD: Jorge Adélio Costa, Vanessa Barata, José Manuel Baptista, Belarmino Costa, José Augusto Rodrigues e Vidal Sousa, que ficam apenas à presente acta.* -----

De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto sete – Proposta relativa à fixação da taxa do IMI para o ano de 2010.** -----

-----Tomou a palavra **José Augusto Rodrigues**, pelo Grupo do PSD, para a explicar a proposta apresentada de diminuição das taxas do IMI em 25%, afirmando que defendiam a diminuição apresentada porque eram solidários com os mais fracos e tinham consciência da situação económica em que viviam as famílias fafenses, recusando-se a colaborar para o seu agravamento e votando contra as propostas do Executivo camarário do PS. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Cristina Pinho de Sousa**, eleita pela lista do IPF, para afirmar que o grupo do IPF considerava que a redução do IRS manifestamente insuficiente e muito pouco abrangente porque abrangia apenas a classe média e média/alta. -----

Mencionou que a Câmara poderia diminuir a taxa do IMI sem reduzir as receitas arrecadadas através desta taxa, dando cumprimento ao previsto no CIMI, através da reavaliação e reclassificação dos prédios situados dentro do aglomerado urbano e ainda através da revisão do PDM. -----

-----Posteriormente, interveio **Raul Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, para realçar as palavras de Ricardo Fernandes e dizer que a Câmara tinha abdicado da receita fiscal que tributava o trabalho, ao invés de abdicar da receita fiscal que tributava o lucro ou a propriedade. Afirmou que era uma opção justa que o grupo socialista apoiava e saudava. -----

Como não houve mais intervenções, procedeu-se à votação nos moldes do ponto anterior, intitulando-se a proposta da Câmara por proposta A e a proposta apresentada pelo PSD como proposta B. -----

Procedeu-se à votação, **sendo aprovada a proposta A, por maioria, com dezoito votos contra.** -----

Na sequência da votação obtida, o grupo do PSD apresentou uma segunda proposta de redução do IMI em vinte por cento. No entanto e atendendo a que

o presente ponto já tinha sido votado e depois da dúvida suscitada sobre a viabilidade ou não da proposta, a mesma foi retirada pelos proponentes. -----

*Foram apresentadas declarações de voto subscritas pelos membros eleitos pelo PSD: Jorge Adélio Costa, Vanessa Barata, José Manuel Baptista, Belarmino Costa, José Augusto Rodrigues e Vidal Sousa, que ficam apenas à presente acta.* -----

Passou-se para o **ponto dois ponto oito – Proposta da Câmara relativa ao Contrato de Entrega e Recepção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e de Recolha Selectiva para a valorização, tratamento e destino final, a celebrar entre o Município de Fafe e a RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA;** Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar a presente proposta. -----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela lista IPF, para solicitar alguns esclarecimentos relativamente à proposta, mais concretamente, sobre o prazo do contrato e sobre como era efectuada a regulação da tarifa. ----

Questionou, ainda, sobre os benefícios que poderiam advir dos resíduos recolhidos selectivamente e que poderiam ter alguma valorização específica enquanto resíduos de recolha selectiva, não vendo nenhuma possibilidade do município ser ressarcido por isso. -----

----- De seguida, usou da palavra o **Presidente da Câmara**, para prestar os esclarecimentos solicitados, afirmado que o prazo de concessão constava na proposta de adesão e quanto à tarifa, esclareceu que a fórmula estava no contrato, mas que todos os anos a última palavra era do regulador, quem estabelecia a tarifa. -----

Afirmou, ainda que quanto à recolha não havia ressarcimento, mas que teriam uma redução significativa na factura do tratamento pela adesão a este sistema. Como ninguém mais quis intervir, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto nove – Proposta da Câmara relativa à cedência à Junta de Freguesia de Arões S. Romão, do Edifício Escolar da Portela, sito naquela Freguesia.** -----

-----Tomou a palavra **Alexandra Nogueira**, eleita pela lista IPF, para solicitar esclarecimentos sobre o género de actividades culturais, recreativas e educativas que estavam a pensar realizar, a quem se destinavam os cursos de

formação, que entidades iriam leccionar esses cursos de formação e que grupos ou colectividades iriam usufruir desse espaço. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara**, que na ausência da Presidente da Junta de Freguesia de Arões S. Romão, salientou que não tinha mais detalhes para além do que estava no ofício da Junta de Freguesia, no entanto que era do seu conhecimento que nesse espaço já eram feitas algumas actividades como o teatro, a dança e cinema. -----

Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com sete abstenções.** -----

Passou-se para o **ponto dois ponto dez – Proposta da Câmara relativa à cedência à Junta de Freguesia de Freitas, do Edifício Escolar da Pereira, sito naquela Freguesia; Como ninguém quis intervir, foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

**Ponto dois ponto onze – Proposta da Câmara relativa à cedência à Junta de Freguesia de Queimadela, do Edifício Escolar da Igreja, sito naquela Freguesia;** Não havendo intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovado, por unanimidade.** -----

**Ponto dois ponto doze – Proposta da Câmara relativa à cedência à Junta de Freguesia de Várzea Cova, do Edifício do Jardim de Infância, sito naquela Freguesia;**

-----Tomou a palavra **Alexandra Nogueira**, eleita pela lista IPF, para solicitar esclarecimentos sobre o género de actividades que tinham em mente para o público usufruir. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que mencionou não saber mais do que o esclarecimento que estava no ofício da Junta de Freguesia, salientando, no entanto que concordava com a postura da Assembleia relativamente aos esclarecimentos solicitados às Juntas de freguesia relativamente à cedência de edifícios escolares. -----

-----Seguidamente, pediu a palavra o **Presidente da Junta de Várzea Cova** para esclarecer que o espaço já estava a ser utilizado pela Associação Cultural e Recreativa de Várzea Cova e que era utilizado pela população da Freguesia para tudo o que necessitava. -----

Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovado, por unanimidade.** -----

**Ponto dois ponto treze – Proposta da Câmara relativa à cedência à Junta de Freguesia de Vila Cova, do Edifício Escolar, sito naquela Freguesia;**

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela lista IPF, para esclarecer que relativamente à cedência dos edifícios escolares às respectivas Juntas de Freguesia, solicitavam explicações relativamente ao uso a dar para poderem votar em consciência. -----

Afirmou, ainda, que se tinham absterido na votação da cedência do edifício escolar de Arões S. Romão, porque a Presidente da Junta não estava presente para os esclarecer. -----

Afirmou, ainda, que não tinham rigorosamente nada contra a cedência, até porque as Juntas faziam um uso adequado dos mesmos. -----

Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

**Ponto dois ponto catorze – Eleição de 7 membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave – Comunidade Intermunicipal do Ave.** O Presidente da Mesa deu conhecimento da existência de uma lista constituída por *Raul Jorge Fernandes da Cunha, Francisco Lemos, Carlos Rogério Rodrigues e Manuel Cunha, eleitos pelo PS, José Augusto de Sousa, eleito pelo PSD, Miguel Summavielle, eleito pelo IPF e Américo Castro, eleito pela CDU.* -----

-----

-----  
**Procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, sendo eleitos os membros supramencionados com cinquenta e cinco votos a favor, seis brancos e dois nulos.** -----

-----  
Seguidamente, foi perguntado se alguém pretendia fazer alguma correcção à acta da sessão anterior. -----

-----  
Tomou a palavra **José Manuel Baptista** para fazer um reparo ao texto na página quatro, referindo que não tinha sido a Assembleia a retirar a Moção, mas o proponente. -----

-----  
Seguidamente, **Belarmino Costa** alertou para o facto da acta que lhe tinha sido distribuída não conter a página quatro e seis. -----

-----  
Por fim tomou a palavra **Carlos Rogério Rodrigues** para solicitar alteração do texto relativo à sua intervenção, uma vez que o mesmo não estava em conformidade com a sua intervenção. Como não propôs o texto, foi

recomendado aos serviços que ouvissem a gravação e procedessem à respectiva alteração. -----

----- Seguidamente, foi lida a acta em minuta da presente sessão e posteriormente colocada a votação, **sendo aprovada, por unanimidade.**-----

----- Esgotada, assim, a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao público. -----

----- Como ninguém quis intervir e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram uma hora e quarenta minutos.-----

----- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---